

Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: CUIDADOS PALIATIVOS E A FINITUDE HUMANA À LUZ DA BIOÉTICA PRINCIPIALISTA

Relatoria: Raquel de Oliveira Laudiosa da Motta
Fernando Salgueiro Passos Telles
Samhira Vieira Franco de Souza
Maria Lucivane de Oliveira

Autores: Amanda Danielle Resende Silva e Sousa
Cristineide dos Anjos
Élida Gabriela Serra Valença Abrantes
Norielle Macedo Alves

Modalidade: Pôster

Área: Ética, Legislação e Trabalho

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Desde o século XIX com o nascimento da medicina clínica moderna, a partir do método anatomoclínico, em nenhum outro período as ciências médicas com seu avanço extraordinário colocaram tantos desafios à ética como na atualidade. Todo incremento científico e tecnológico trouxe expressivo poder de intervenção sobre a vida e a morte. Neste contexto, a bioética, sobretudo, a principialista, apresenta grande relevância, pois abriga argumentos e normas que legitimam eticamente os atos humanos, nos conflitos que envolvem a questão da finitude. Para tanto, os cuidados paliativos tornam-se imprescindíveis nesta fase, para controle da dor e alívio do sofrimento em todas as dimensões do ser humano, um cuidado diferenciado e individualizado, levando em consideração a singularidade e a necessidade da pessoa nesta condição. Objetivo: Analisar as publicações científicas voltadas ao paciente terminal em cuidados paliativos à luz da bioética principialista. Método: Revisão integrativa nas bases de dados SCIELO, PUBMED, LILACS e BDEF por produções científicas dos últimos 5 anos. Resultados: A amostra composta por 8 artigos, mostrou as várias tendências na bioética, dentre elas a bioética principialista, proposta por Beauchamp e Childress, através da aplicação do “sistema de princípios”: a beneficência, a não maleficência, a autonomia e a justiça, como uma nova forma de dialogar com os profissionais de saúde. O princípio da beneficência requer, na medida do possível, evitar danos ao utilizar conhecimentos e habilidades técnicas para minimizar riscos e maximizar benefícios aos pacientes terminais. A não maleficência estabelece que qualquer intervenção profissional justifica não fazer o mal, em qualquer hipótese. O respeito à autonomia configura como um dos princípios da liberdade de ação, as pessoas autônomas são capazes de escolher e agir de acordo com seus próprios anseios, desde que não resulte em danos aos demais. O princípio da justiça diz respeito à distribuição coerente e adequada de deveres e benefícios, apoiando-se na equidade, salientando que situações idênticas devem ser tratadas igualmente, e as que não são iguais, de forma diferente. Conclusão: A prática dos cuidados paliativos ainda é bastante incipiente nos hospitais, apontando para a importância de um olhar reflexivo sobre essas ações frente aos princípios da bioética principialista. Portanto, dentre os inúmeros problemas que envolvem o paciente terminal, há de se destacar essa dimensão moral.